

Construindo informações históricas sobre a formação de professores: as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo

Miguel Orth¹



Memória

Resumo

Esse artigo é resultado de pesquisa que se situa no campo da história da educação e tem como objetivo, investigar o processo histórico de constituição dos cursos de formação de professores na Rede La Salle, particularizando a Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo e a Escola Normal de Canoas, ambas criadas em 1941, no Rio Grande do Sul. Metodologicamente, dialoga com diversas fontes, incluindo testemunhos orais. Teoricamente, aborda o tema a partir da história cultural. A criação dos citados cursos de formação de professores atendeu expectativas da Igreja Católica, dos Irmãos Lassalistas, das comunidades onde as escolas se achavam inseridas e se constituíram como facilitadoras do acesso de muitos de seus alunos a cursos superiores e a bem sucedidas carreiras profissionais. Isso auxiliou a reforçar elementos de positividade das representações construídas sobre as escolas e a educação lassalistas.

Palavras-chave: História da Educação. Escolas Normais. Formação de professores. Irmãos Lassalistas. Memória.

Building historical information about the formation of teachers: the teachers formation Schools La Salle from Canoas and Cerro Largo

Abstract

This article is the result of a research situated in the field of history of education and has as goal to investigate the historical process of constitution of the courses of formation of teachers in the La Salle network, taking special interest in two schools, the Escola Normal Rural La Salle, from the town of Cerro Largo, and the Escola Normal de Canoas, From the city of Canoas, both created in 1941, in the State of Rio Grande do Sul. Methodologically, dialogs with several sources, including oral testimonies. Theoretically, discusses the theme starting from the cultural history. The creation of the mentioned courses of formation of teachers attended to the expectation of the Catholic Church, of the Lassalian Brothers, and of the communities inserted in the area, and they became a way to facilitate the access of many of its students in to colleges and successful professional careers. This helped to reinforce elements of positivity of the representations build about the schools and the Lassalian Education.

Key-words: History of education. Teacher's formation. Lassalian Brothers. Memory

Considerações iniciais

As investigações que geraram este artigo situam-se no campo² da história da educação, estando intimamente relacionadas com prática como docente do Unilasalle-Canoas e pesquisador do Museu e Arquivo Histórico dessa instituição, o qual está voltado,

especialmente, para guardar e relatar acervos sobre a escola e a educação no Rio Grande do Sul.

Por conta das comemorações (2008) dos cem anos da presença lassalista em Canoas (RS), mergulhou-se nas coleções e nos fundos documentais do Museu, a fim de preparar artigos sobre a história dos cursos superiores da Rede La Salle. Naquela oportunidade houve o encontro com documentação a qual inspirou a aprofundar pesquisa no campo da história da educação com o objetivo de investigar o processo histórico de constituição dos cursos de formação de professores na Rede La Salle.

Desde o primeiro momento, começou-se a refletir sobre o envolvimento com o objeto da pesquisa, uma vez que a formação em nível superior deu-se no Unilasalle, bem como boa parte da atuação enquanto docente foi no Colégio La Salle-Canoas e, há mais de dez anos, nos cursos de graduação (Licenciaturas) e na Pós-Graduação em Educação. No entanto, esse envolvimento não fez com que se abdicasse da vigilância epistemológica e do rigor formal do qual alerta Bourdieu (1999). Pelo contrário, se reconhece a complexidade dessa aproximação e, portanto, recorre-se a diversos autores para aprofundar reflexões sobre a história da educação, a formação de professores e a legislação pertinente, a criação dessas e de outras escolas normais no Brasil, bem como os referenciais teórico-metodológicos que sustentam a abordagem sobre o tema.

Nesse sentido, destaca-se a importância das reflexões de Saviani, Sanfelice, Lombardi e Tambara (1998) e Vidal e Faria Filho (2003), sobre aspectos teórico-metodológicos da história da educação. A respeito da formação de professores, o fundamento é nos estudos de Nóvoa (1999), Perrenoud (1997), Vilella (1990; 2000); Tanuri (2000), Evangelista (2001); Brzezinski (1996). Bem como em trabalhos de Werle (2004; 2005); Kreutz (1994), entre outros, que pesquisam e escrevem sobre história da educação e ou criação de escolas normais e normais rurais no Rio Grande do Sul. Sobre representações e identidade, consultou-se Chartier (1990) e Hall (1999, 2000). Chartier (1990), Burke (2005), Pesavento (2003) ao longo da prática enquanto pesquisador têm auxiliado a abordar temáticas a partir da história cultural.

Dialoga-se com diferentes tipos de fontes documentais³, incluindo-se aqui, também, as fontes orais que constituem o acervo do Arquivo Sonoro e Visual da Memória Lassalista no Rio Grande do Sul, organizado e desenvolvido no Centro Universitário La Salle, de 2004 a

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

2008, e que envolve memórias de indivíduos que em algum momento de suas vidas tiveram relações com a educação lassalista. Para trabalhar com os testemunhos orais, o apoio vem dos estudos de Rousso (1996) e Maurice Halbwachs (1990). Nesse caso, utilizam-se fontes que entrecruzadas, podem remeter ao simbólico, à sensibilidade e à representação, uma vez que se pretende como colocava Pesavento, enfatizando um fragmento da história da educação, isto é, a formação de professores praticada pelos Lassalistas, aproximar “...a análise dos significados e do simbólico, pelo estudo das sensibilidades que as palavras, que os discursos e as práticas podem conter”. (2003, p. 74)

O recorte temporal foi delimitado entre as décadas de 1940 e 1970, período que compreende a criação da Escola Normal La Salle de Canoas e a Escola Normal Rural de Cerro Largo. Na década de 1970 esse curso passou a se denominar de Magistério, contíguo ao qual, em 1976, nasceu o Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, atual Unilasalle-Canoas/RS, com três Licenciaturas: Estudos Sociais, Letras e Pedagogia.

O artigo estrutura-se da seguinte maneira: num primeiro momento são tecidas breves considerações sobre o contexto histórico da criação do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, na França, no século XVII, e a dedicação às escolas e à educação. Sobre isso, Ir. Edgar Hengemüle afirma que “...nós [os Irmãos] não somos apenas professores ... nós somos religiosos que exercemos a função de magistério como missão...” (07/12/2004). Sabe-se que a exiguidade de espaço no artigo não permite aprofundar algumas questões, mas não se pode deixar passar a oportunidade que essa fala do Ir. Edgar trás para apontarmos como identidades são construídas “dentro e não fora do discurso [...] produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109). Essa representação identitária é matriz de prática social a partir da qual os Lassalistas têm guiado as suas ações, em torno da qual constroem elementos de positividade, os quais agregam pessoas e produzem pertencimentos.

Entende-se que foi a eficácia simbólica das representações construídas sobre os Lassalistas, que provocaram inúmeras solicitações para que os mesmos se estabelecessem no Brasil.

É justamente a vinda dos Irmãos Lassalistas para o Brasil em 1907, a abertura de escolas no Rio Grande do Sul e o contexto histórico da época, os elementos que se analisa na

segunda parte do artigo. Em seguida, aborda-se a criação da Escola Normal e da Escola Normal Rural em 1941 e do curso de Magistério na década de 1970.

O presente trabalho se justifica, uma vez que busca: contribuir para os estudos sobre temáticas que problematizam e dizem respeito à história da educação no Rio Grande do Sul; colaborar com a reconstrução da história da obra educativa lassalista; e elucidar elementos sobre o processo histórico da formação de professores no Rio Grande do Sul.⁴

1 Da França para o Brasil: o Rio Grande do Sul como pólo irradiador das escolas lassalistas

Entre os séculos XV e XVII, a França teve seu sistema escolar abalado por guerras internas e externas⁵, quando escolas eram destruídas e professores mobilizados para as lutas. Outro fator de crise eram as epidemias que vitimavam os alunos e professores e desviavam recursos que seriam aplicados no sistema educacional. Quando João Batista de La Salle, fundador do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs⁶ abriu sua primeira escola em 1679, o sistema educacional francês começava a se reerguer, mas ainda havia carência de professores capacitados para atender as escolas e as crianças das classes menos favorecidas, constituídas, principalmente, de camponeses e operários. O discurso da Igreja Católica, na época, era o de que a escola exercia importância fundamental, no processo de formação do operariado e do católico. Santos comenta que La Salle estava impregnado da doutrina do concílio de Trento (1545) que indicava a educação moral e religiosa como estratégia de ação para combater o mal. A escola seria um instrumento de apostolado cristão para regenerar a espécie humana. No entanto, La Salle ultrapassou as escolas da Reforma Católica do tipo assistencial para os pobres ou aristocratas para a formação de dirigentes e orientou-as para a formação técnico-profissional, bem como de formação de professores.

La Salle via a formação de professores sob um tríplice aspecto: moral, intelectual e profissional. Havia a preocupação de inculcar no futuro professor, o gosto pela profissão, a preparação para exercê-la e a formação cristã. Entre as diversas disciplinas dos cursos de formação de professores, já existentes, La Salle introduziu as disciplinas de Pedagogia e Civilidade, para as quais escreveu manuais especiais como o “Guia das Escolas Cristãs (1695), e as “Regras de Civilidade Cristã” (1703). Essas obras, segundo Justo (2003), citando

historiadores da Igreja e da Educação, foram consideradas básicas para orientar e formar professores para o ensino primário na França durante o século XVIII.

Inicialmente, o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs entendia que a formação do professor deveria ser feita em seminário, para que esse fosse convenientemente preparado para a função. Desse modo, habilitavam-se mestres para a zona rural e urbana, atendendo-se às especificidades de cada região. O educador deveria ensinar seus alunos a bem viver e, portanto, os conteúdos seriam de conhecimentos úteis, e necessários para prepará-los para o futuro, tendo a religião como a base moral de todo esse processo educativo. A função do educador era a de formar a consciência do discípulo, ensinando-o a distinguir o bem do mal, utilizando a disciplina preventiva e corretiva, bem como explicitando seus meios de ação como o “Guia das Escolas Cristãs” o denota.

Sobre a concepção pedagógica de João Batista de La Salle, Hengemüle informa:

A proposta lassaliana, entre outras coisas se caracteriza pela “centralidade do mestre”. Este é um dos focos das preocupações de La Salle, um dos seus pólos de atração, a idéia diretriz do seu pensamento pedagógico e da sua ação educativa (HENGEMÜLE, 2002, p. 139).

Hengemüle (op. cit.), fazendo uma leitura de leituras sobre La Salle diz que para o fundador das escolas cristãs o mestre é um pressuposto para a educação e condição para haver eficácia em qualquer sistema de ensino.

Após estruturar as primeiras escolas e consolidarem a formação de professores, os Lassalistas se expandiram pela França, pelo restante da Europa e América. No Brasil, chegaram em 1907, escolhendo, inicialmente, o Estado do Rio Grande do Sul como espaço para expandir sua obra educacional.

Quando os Lassalistas chegam ao Brasil, em 1907, o país enfrentava sérios problemas educacionais que iam desde a carência de estabelecimentos de ensino, abandono da educação popular, falta de professores e má qualificação desses profissionais. A fim de organizar o sistema educacional e torná-lo eficiente, a Constituição de 1891 instituiu que competiria à União legislar privativamente sobre o ensino superior na capital da República, cabendo-lhe, igualmente, mesmo que não de forma privativa, criar instituições de ensino secundário nos Estados e promover a instrução no Distrito Federal, além de possibilitar que os Estados organizassem seus sistemas escolares completos⁷.

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

Partindo dessas premissas constitucionais, o governo⁸ do Rio Grande do Sul, iniciou a montagem do seu sistema educacional. O Partido Republicano Rio-Grandense-PRR, no poder, na época, tomou os fundamentos de Comte, para quem a educação permitia que cada geração pudesse se beneficiar dos conhecimentos adquiridos pelas gerações anteriores, contribuindo, por sua vez, para que as gerações posteriores se desenvolvessem, cumprindo o destino final da humanidade, o de atingir o estado positivo pela educação (COMTE, 1883). Dessa forma, para o PRR, a educação pública adquiria uma importância vital, pois seria o único meio racional para fazer aflorar as aptidões individuais e desenvolvê-las de forma conveniente.

Na Constituição estadual de 1981 ficou estabelecido que o ensino era livre e os documentos expedidos entre 1897 e 1906, buscavam reorganizar e regulamentar a instrução pública no Estado, parâmetros esses, também indicados para as escolas de iniciativa privada. Aliás, para o PRR, valia a premissa de que no Rio Grande do Sul, “ensine quem souber e quiser — e como puder” (RODRIGUEZ, 1980, p. 23). Este pilar ideológico e a defesa da “boa imigração espontânea” (OSÓRIO, 1930, p. 22), possibilitaram a vinda de membros de Congregações e Ordens confessionais católicas de diversos países, com o objetivo de fundarem e manterem escolas, tanto no meio rural quanto urbano.

Os membros do PRR respeitavam a força social da Igreja Católica e concordavam com as estratégias por esta utilizadas para a formação moral das massas. Então, naquele momento de implantação de nova ordem sócio-política, era fundamental contar com o apoio da Igreja na tarefa de, através da educação, imprimir novas maneiras de pensar e agir nas gerações as quais, futuramente, teriam nas mãos o governo da sociedade.

O ensino lassalista procurava estar de acordo com os programas vigentes, oferecendo os cursos: preliminar, elementar e complementar, comercial ou agrícola, dependendo do local onde estavam inseridas. Os programas tinham acento na área científica e profissional⁹, atendendo o posicionamento do governo.

Na década de 1940, para além das escolas de ensino primário, os Irmãos Lassalistas criaram no Rio Grande do Sul, as Escolas: Normal Rural La Salle de Cerro Largo e a Escola Normal de Canoas.

2. As Escolas Normais La Salle

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

A criação da Escola Normal La Salle de Canoas e da Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo deu-se durante o Estado Novo (1937-1945). Nesse período estabeleceu-se um projeto nacionalista fundamentado no tripé: Estado, Cultura e Educação (LEVINE, 1980). Ações políticas, culturais e educacionais conjugaram-se para a homogeneização cultural através da campanha de nacionalização e de ensino voltado para a construção da nação brasileira. Sobre o projeto para a educação e o ensino no Brasil na época, Hilsdorf diz que:

[...] em 1937, na fala de Gustavo Capanema, ministro da educação desde 1934, quando diz que a educação é instrumento do Estado para preparar o homem não para uma ação qualquer na sociedade, não para preparar o homem ‘em disponibilidade’, apto para ‘qualquer aventura, esforço ou sacrifício’ (como queria o liberalismo de Dewey, inspirador dos liberais do *Manifesto*), mas para ‘uma ação necessária e definida, uma ação certa: construir a nação brasileira’. Contra o ‘homem sem aderências’ dos liberais escolanovistas, que adaptavam a escola às necessidades da ordem capitalista internacional, contra os estrangeiros, os imigrantes que desnacionalizavam o Brasil: essa é a proclamação da nova escola de Vargas e Capanema (2003, p. 100).

Esse processo de homogeneização, das políticas educacionais brasileiras passa pela reforma educacional de Francisco Campos, na década de 1930, mas fundamentalmente pelas “leis orgânicas do ensino” publicadas na década de 1940, também conhecidas como “Reformas Capanema”, e que representam o primeiro passo na implantação de um Plano Nacional de Educação.

Essas reformas educacionais foram postas em prática porque na época existia um entendimento de que a identidade cultural brasileira se daria a partir da formação cívica, motivo pelo qual esse deveria se fazer presente nas diversas disciplinas curriculares, mas principalmente nas de geografia, história, educação física e língua portuguesa. É o que Hall explica como exercício de forma de poder cultural, um dispositivo discursivo que representa a unidade como identidade. (HALL, 1999)

Outras metas a serem perseguidas eram as da formação mão-de-obra para a indústria, comércio e agricultura e a da nacionalização de estrangeiros. Vale ressaltar o grande contingente de imigrantes recebidos no país, desde 1824, seus descendentes e as escolas privadas confessionais criadas para atender essas populações. Essas tiveram de se adaptar às novas diretrizes; muitas escolas fecharam e alguns professores foram absorvidos pelo sistema público de ensino¹⁰.

O Rio Grande do Sul, com suas escolas paroquiais ou mantidas por associações nas zonas de colonização alemã e italiana, foi atingido pela nova configuração do sistema de ensino. A Igreja Católica, representada pelo Arcebispo D. João Becker, desde a década de 1920, mostrava-se favorável à nacionalização, comprometendo-se com o governo do Estado a assumir a fiscalização junto às escolas católicas a fim de garantir que o ensino nelas ministrado estivesse de acordo com a legislação nacional e estadual. Em contrapartida, a Arquidiocese poderia manter e fundar novas escolas sob a proteção do Estado. Para tanto, foi firmado um convênio entre a



Arquidiocese e a Secretaria de Educação e Saúde, em junho de 1940 sacramentando essas decisões.¹¹

Em setembro de 1941, com grande solenidade, o então Diretor do Instituto São José de Canoas, Irmão Teodoro Luis recebia o Secretário de Educação e Saúde Dr. J. P. Coelho de Souza e outras autoridades educacionais, além do Prefeito de Canoas, Dr. Vitor Hugo Ludwig, o Diretor da Folha da Tarde e professores da “Universidade de Porto Alegre” para assinar o contrato entre os Irmãos Lassalistas e o governo do Estado para a criação da Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo equiparada à Escola Normal Rural de Porto Alegre e equiparação do Instituto São José, como Escola Normal La Salle à Escola Normal de Alegrete.

No Livro Histórico do Instituto São José (1908-1949)¹² tem-se registrado que o Secretário da Educação, Coelho de Souza, em seu discurso, afirmou que “aquela cerimônia era mais uma nova realização de importância inexcusável na política educacional da atual¹³ gestão do Rio Grande do Sul”.

2.1 Curso de formação de professores para a zona rural: a Escola Normal Rural La Salle

Cerro Largo é resultante do processo de abertura de novas fronteiras agrícolas com pequenas propriedades, fomentado pelo governo sul-riograndense no início do século XX. Para tanto, concorria a ação de instituições como a Companhia de Colonização "Bauerverein", a qual vendia lotes de terras na região noroeste do Rio Grande do Sul. As primeiras famílias, oriundas da região de Montenegro foram acompanhadas pelo padre jesuíta Maximiliano Von Lassberg e em 4/10/1902, dava-se o início oficial da colonização e a povoação, localizada entre os rios Ijuí e Comandai, foi denominada de Colônia Serro Azul. Imediatamente após a acomodação em seus lotes, foi criada pelos próprios colonos, a Escola Sagrada Família, em 4/11/1902.



Ocorre que, embora o governo do Rio Grande do Sul estivesse reorganizando o sistema público de ensino, existiam dificuldades difíceis de serem suplantadas, entre as quais se destacam: não haver professores suficientes para atender as demandas que se apresentavam; a extensão territorial e a população rarefeita; poucos recursos financeiros para a construção de escolas, entre outras. A população mais atingida por essa falta de escolas era, justamente, aquela que possuía poucos recursos e que, na época habitava a zona rural. Aqueles que viviam nas cidades, de certa maneira, contavam com maior atenção dos poderes políticos instituídos, em termos de acesso ao sistema público de ensino, motivo pelo qual, nas colônias, normalmente, eram os próprios habitantes que providenciavam suas escolas. Concorriam para isso, também, as questões de denominação religiosa (católica ou luterana); o fato de o ensino ter que ser ministrado na língua dos imigrantes, entre outros (WERLE, 2005). Tais circunstâncias se fizeram presentes na então Colônia de Serro Azul, onde se criou a Escola Sagrada Família para meninos e a escola das Irmãs do Verbo Divino para meninas.

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

Os Lassalistas foram chamados em 1909, 1921 e 1934 para assumir a escola Sagrada Família, mas sempre negavam essas solicitações por não possuírem Irmãos suficientes para dar conta das obras educativas já existentes. Porém, a expansão do nazismo na Alemanha fez com que alguns Irmãos alemães procurassem abrigo no Rio Grande do Sul, aumentando assim o seu efetivo de professores. Três daqueles Irmãos foram designados para a Escola Sagrada Família de Serro Azul. Chegaram à cidade em 25/6/1935, vindos de Santo Ângelo em um caminhão. Nas malas, além das roupas e de objetos de uso pessoal, levavam livros e material didático. A manutenção dos mesmos correria por conta da Sociedade Católica de Serro Azul - SECSA. No contrato foi estipulado que "...A escola é uma escola Alemã-Brasileira, onde o ensino será em Alemão, tanto quanto a lei permita. O ensino de Português será dado de modo que as famílias não se vejam na necessidade de enviarem seus filhos a outra escola para aprendê-lo" (COMPAGNONI, 1980, p. 264).

O ensino em língua alemã atendia as necessidades da vida privada e das atividades cotidianas dos colonos. Era a língua falada em casa, instrumento de comunicação entre as várias gerações familiares e no contato inter-étnico, funcionava como elemento de coesão grupal. A escola possuía a função de comunicar um sistema simbólico de mundo, bem como identificava etnicamente o grupo. Essas marcações identitárias, frente ao restante da sociedade não se davam ao acaso. Como afirmam Poutignat e Streiff-Fernart, "funcionam como sinais sobre os quais se funda o contraste entre Nós e Eles" (1998, pg.130). Já a aprendizagem da língua portuguesa importava na medida em que essa colocasse ou inserisse estrategicamente o aluno como cidadão brasileiro — portanto uma necessidade política —, como também, engendrava algumas necessidades práticas como a de comunicar-se com o outro — o brasileiro —, e a própria comercialização dos produtos agrícolas.

A Escola Sagrada Família, dirigida pelos Irmãos, durante certo tempo, atendeu às expectativas mais prementes dos habitantes de Serro Azul, mas em poucos anos a comunidade já apresentava outras necessidades que precisaram ser atendidas, como a criação de cursos secundários. Para tanto, foi iniciado um curso secundário, na forma de internato em 1938. Esse possuía um currículo voltado para o ensino agrícola, produto de discussões sobre o ensino no Brasil, a revalorização da agricultura enquanto forma prática de se conter o êxodo rural. Quanto a isso Werle afirma que:

No final dos anos vinte e início dos trinta do século XX constitui-se o discurso de combate ao urbanismo e valorização da escola rural como campo de experiência e

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

ensaio de processos agrícolas modernos, um discurso de diferenciação entre a escola de zona rural, de zona urbana e de zonas litorâneas. As Conferências Nacionais de Educação traziam para o debate “o grande problema da educação”, sendo importante espaço de proposição, consolidação e disseminação de um ideário de valorização do ensino agrícola. [...] Nessas Conferências diferentes teses eram debatidas, defendendo a importância da Escola Normal colaborar na formação de lideranças que assumissem um duplo papel de educadores e de modernizadores de práticas rurais. [...] Era nítida a intencionalidade de diferenciação entre cidade e campo e a associação da prática de campo a um tipo específico de formação de professores. Nesse contexto de valorização e idealização da escola e da educação rural, instalaram-se as escolas normais rurais (2006, p. 117).

Na assinatura do convênio que criava a Escola Normal Rural de Cerro Largo o Secretário da Educação, Coelho de Souza, em seu discurso, defendia, a necessidade de o ensino para a zona rural ser adaptado às condições do ambiente e a prioridade de se formar professores (homens) para “desbravar as zonas impenetráveis ao magistério feminino”. (Livro Histórico do Instituto São José (1908-1949).

Ir. Jacob Parmagnani comenta que o professor “era o ideal para a zona rural ... porque moças de Porto Alegre [como] mandá-las para o meio do mato [?]” (27/7/2003).

Construiu-se, a partir das representações sobre as mulheres, imagem de fragilidade, recato, religiosidade, pureza, relacionadas com um ideal de moralidade cristã. A mulher havia sido feita para o matrimônio e a maternidade e, como professora, deveria atender a educação da infância. Portanto, a educação secundária deveria ser exercida pelos homens.

A escola normal rural, explica Werle (2006):

...foi um espaço de formação predominantemente masculino para o ensino de primeiras letras em escolas de zona rural. O voltar-se para homens como candidatos necessários e importantes para o incremento do magistério em zonas rurais desenvolveu-se num período de desconfiança para com a urbanização descontrolada, e fortalecimento da religiosidade da população rural, medida necessária para prevenir movimentos contra a ordem social e combater o comunismo. (p. 120)

A Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo, criada em 1941, funcionava, inicialmente, na forma de internato. Recebia alunos enviados pelas prefeituras de municípios vizinhos a Cerro Largo, pelas paróquias adjacentes e até de outros municípios como Novo Hamburgo, Gravataí e Porto Alegre. Além de formar professores para a zona rural, aptos a educar e desenvolver trabalhos agrícolas, se tornou um “celeiro de vocações sacerdotais e religiosas”¹⁴, muitos dos quais ingressavam na própria congregação lassalista. Ir. Jacob

Parmagnani (2003) relata que “ela fez um grande trabalho para Cerro Largo ... formou bons professores ... bons líderes nas paróquias ...”

Sobre o papel do professor para a zona rural, Werle informa que:

No Estado Novo as idéias de ruralismo pedagógico vinculavam-se a uma orientação pragmática, ou seja, o valor da escola rural se traduzia para além da ação educativa, em um trabalho cívico, patriótico e com finalidades econômicas. Se o objetivo da escola rural era valorizar, fixar o homem do campo ao seu meio, cabia ao professor primário rural divulgar a ideologia oficial [...] (2007, p. 88)

A Escola Normal Rural possuía um espaço para práticas agrícolas - a Granja Irmão Miguel, com 50 hectares, na qual se produzia leite, soja, verduras, legumes, frutas e criação de animais. A criação de porcos, por muitas vezes ganhou primeiros prêmios nas exposições agropecuárias. (COMPAGNONI, 1980).



Dialogando com os Irmãos decanos da congregação, foi informado que grande parte dos alunos da Escola Normal Rural não chegou a exercer a docência. O ter cursado o Normal Rural serviu-lhes de ponte para alçar o ensino superior. Assim, advogados, agrimensores, engenheiros, médicos, veterinários, agrônomos iniciaram suas carreiras na Rural, fato constatado na pesquisa de Thum e Martison (acesso em 2009).

Após 31 anos de funcionamento, a Escola Normal encerrou as suas atividades em 1972.

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

2.2 Curso de formação de professores para a zona urbana: Escola Normal La Salle de Canoas

Os Irmãos Lassalistas chegaram a Canoas em 1908, quando essa era uma vila com algumas casas, hospedarias e hotel em torno de estação da linha ferroviária que ligava Porto Alegre a São Leopoldo. Famílias da capital veraneavam no povoado, tendo em vista o clima agradável, a vegetação exuberante, os arroios e rios que banham a região, a qual faz parte da várzea do rio Gravataí.

Foi nesse incipiente vilarejo, que os Irmãos Lassalistas criaram o Instituto São José, escola secundária com cursos voltados para formar técnicos em agronomia e comércio. Isso atendia às expectativas do governo sul-rio-grandense quanto ao fomento da expansão das pequenas propriedades rurais produtoras de hortifrutigranjeiros em contraponto com a pecuária extensiva praticada no Estado, bem como à formação de técnicos para trabalhar no crescente comércio de Porto Alegre. A escola funcionava como internato, recebendo, na época, alunos dos diversos municípios do Rio Grande do Sul. Os Irmãos traziam longa experiência de escolas para o ensino agrícola e comercial dirigidas pelo Instituto na Europa. Além do Instituto São José, foi criada, também, uma escola de ensino primário para os filhos dos moradores de Canoas, o Externato São Luiz.

A expansão da obra educativa dos Irmãos acompanhou o crescimento da Vila de Canoas que, em 1939, emancipava-se de Gravataí, constituindo-se como município. Também, a comunidade lassalista de Canoas começou a abrigar, a partir de 1925, a Casa de Formação da Província dos Irmãos Lassalistas do Brasil¹⁵. Nessa data, os cursos agrícola e comercial foram fechados e ganhou importância o Externato São Luiz que em 1941 teve reconhecido o seu Ginásio. Nesse ano, também, como já foi exposto, criou-se, em Canoas, a Escola Normal La Salle.



La Salle-Canoas em 1940.
Acervo do Museu e Arquivo Histórico La Salle

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

Os Irmãos mais idosos informam que os Lassalistas, desde 1926, já haviam criado, de forma extra-oficial, a sua Escola de Formação de Professores, oportunidade em que a instituição passou a abrigar a Casa de Formação dos Irmãos. Como tantos outros seminários de congregações religiosas, era preciso preparar os Juvenistas e Postulantes para as provas do Ensino Secundário. Dessa forma, os Irmãos Especialistas de cada área do conhecimento visitavam a Casa de Formação com a intenção de transmitir seus conhecimentos aos novos Irmãos. No mês de fevereiro de cada ano, os estudantes prestavam exames orais e escritos nos Colégios Rosário, Dores ou Júlio de Castilhos¹⁶.

Ir. Jacob Parmagnani recorda daqueles tempos:

Sempre ... Eu lecionei no Juvenato em trinta e dois ... três ... quatro ... cinco ... seis ... sete ... oito e nove oito anos no Juvenato ... Comecei no mais baixo e fui mais para cima. Sempre ensinei português, história, geografia, desenho. Aritmética lecionei só até o quinto ano, depois dava português ...

Esta forma de ministrar o ensino secundário, amplamente difundido no país tinha seu respaldo legal no Decreto Lei n. 21.241 de 04 de abril de 1932, em seu título IV, que apresenta as disposições gerais e transitórias da referida lei. Em especial, em seu art. 100 que faculta o requerimento e a prestação de exames de habilitação na 3º série e em épocas posteriores, sucessivamente, os de habilitação na 4º e na 5º série do curso fundamental aos candidatos que apresentam uma série de documentos segundo as orientações e condições estabelecidos nos parágrafos subseqüentes do mesmo artigo.

Quanto ao Curso Complementar do Ensino Secundário de dois anos, a mesma lei diz que faz parte da regulamentação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras discriminar as matérias destes cursos. O que de fato ocorre pelo Decreto Nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934 que institui o regulamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Paulo, mais especificamente em seu art. 14. Essa formação acadêmica, no Postulantado¹⁷, era completada por uma formação pedagógica baseada no “Guia das Escolas Cristãs”¹⁸.

Essa situação perdurou até que em 30 de setembro de 1941 foi oficialmente criada a Escola Normal La Salle de Canoas, por Convênio entre a instituição e o governo, firmado pelo Secretário de Educação, Dr. José Coelho de Souza e pelo Provincial da congregação.

No registro do Livro Histórico do Instituto São José (1908-1949)¹⁹ tem-se na solenidade, os presentes “[...] apreciaram disciplinadas demonstrações de ginástica no *pateo* da Escola [...] e foi servida uma mesa de finos líquidos aos presentes...” Ressaltamos aqui o

***Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth***

discurso de jovens saudáveis e instruídos, aptos a auxiliarem o Brasil a ser uma grande e progressista nação, materializado na adoção da ginástica como disciplina nos currículos escolares.

Este convênio teve sua fundamentação legal alicerçada no art. 11 do Decreto 21.241/1932 que previa a organização dos cursos Complementares por parte do Colégio Pedro II e, também, a juízo do Conselho Nacional de Educação e mediante inspeção especial, nos estabelecimentos de ensino secundários equiparados ou livres, sempre que esses oferecessem condições adequadas para tal. No Caso da Escola Normal La Salle, isto foi possível, no momento em que esse convênio foi ratificado pelo Decreto Estadual n. 484, de 04/02/1942 e equiparou a mesma, à Escola Normal Osvaldo Aranha de Alegrete. O primeiro ano letivo, do denominado Curso Profissional, iniciou a 15/04/42, sob a direção do Irmão Alfredo Jorge e Professor-Fiscal o Dr. João Kessler Coelho de Souza.

Em 1942, a legislação sofreu modificações, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Essa legislação estabeleceu que o curso se organizasse em dois ciclos: o primeiro ciclo de quatro anos, denominado curso ginásial e o segundo ciclo de três anos, denominado de curso clássico e o curso científico. E a 31 de julho de 1943, o Decreto 775-A, busca estabelecer uma legislação de transição entre a legislação anterior e a atual. E ao mesmo tempo passa a eliminar o 5º ano ginásial colocando em seu lugar o 1º Ano do Curso Profissional na lógica da reforma do ensino secundário de 1942, adaptando, assim, o mesmo, ao Curso Complementar (COMPAGNONI, 1980).

Em 1943 a legislação educacional, no que se refere à formação de professores primários, foi modificada pelo Decreto número 775, de 15 de maio de 1943. Segundo esse Decreto, as Escolas Complementares Oficiais foram obrigadas a adotarem a estrutura e o funcionamento estabelecidos nesse Regulamento, como também foi o caso da Escola Normal La Salle, porém, ainda enquanto equiparada à Escola Normal Osvaldo Aranha de Alegre e passou a denominar-se de Escola Normal La Salle.

Irmão Henrique Justo relata as suas vivências como aluno e professor, em meio às reformas e adaptações das escolas normais:

Eu segui o curso da Escola Normal que, na época, era de dois anos. Antes da lei das escolas normais (1941) existia a escola complementar, com o ginásio. Se estudava algumas matérias pedagógicas. Essa era a formação do magistério até então. Nós também tivemos essa formação sumária. O Provincial, nosso superior da época,

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

disse à minha turma: — Nós, como professores, vamos dar o exemplo, e vocês vão ficar mais dois anos para cursar a escola normal. Eu me distingui, modéstia à parte, como normalista. Na época, havia um inspetor especial, até chamava-se de fiscal da Escola Normal. O primeiro foi João Kessler Coelho de Souza, sobrinho do Secretário da Educação, José Coelho de Souza.[...] Então, quem tivesse o diploma de Escola Normal, tinha uma formação e tanto naquele tempo. O Fiscal certificou que eu tinha condições de lecionar psicologia na Escola Normal.

Percebe-se nesse relato do Ir. Justo, como funciona a memória, ao mesmo tempo uma e múltipla, elemento básico para que o indivíduo se situe no mundo e diga para si e para os outros quem ele é. Em outros termos, a memória é a base da construção de uma auto-imagem, de uma identidade e de suas representações. (HALBWACS 1990).

Passaram pela Escola Normal La Salle, jovens vocacionados para a vida religiosa, recrutados no interior do Rio Grande do Sul, para fazerem parte da congregação. Depois do processo de formação, exerciam o magistério nas diversas escolas criadas pelos Irmãos no Brasil, durante as décadas de 1940 e 1950.²⁰ Segundo Compagnoni (1980, p. 389), o dia 20/12/1943 foi muito importante para os Lassalistas, pois 12 Irmãos Escolásticos receberam o diploma de Professor Primário, após terem cursado o Ginásio São Luiz e o Curso Normal, tudo em Canoas e oficializado pelo Governo. Os Irmãos decanos comentam que o Curso Primário da Escola São Luiz servia como “escola de aplicação” para os terceiranistas da Escola Normal La Salle.

E a 15 de março de 1944 iniciou-se na instituição o primeiro ano do Curso Técnico Pedagógico, já adaptado à reforma de 1942, com base no artigo 9º inciso II. Deste modo, a Escola Normal passou a se constituir de um Curso complementar, de um ano e o Curso Técnico Pedagógico passou a compreender o 2º e 3º ano do segundo ciclo da Lei Orgânica do Ensino Secundário da época. Esta organização curricular e de certificação perdurou até 1947, oportunidade em que entrou em vigor a Lei Orgânica do Ensino Normal que, por sua vez introduziu o “Curso de Regentes de Ensino Primário” de quatro anos, em nível de primeiro ciclo e o “Curso de Formação de Professores Primários” composto de três séries e em nível de segundo ciclo. Sendo a Escola Normal, como é o caso da Escola Normal La Salle de Canoas, um estabelecimento destinado a ministrar o curso de segundo ciclo desse ensino, e o ciclo ginásial do ensino secundário (DECRETO-LEI N. 8.530/46, arts. 2, 3, 4).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024/61, do ponto de vista da organização do ensino, manteve, no fundamental, a estrutura em vigor e decorrente das

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

reformas Capanema, porém, flexibilizando-a (SAVIANI, 1998). O mesmo não ocorreu com a LDB n. 5.692/71 que, além de mudar a nomenclatura do Ensino Normal para Magistério mexeu também na estrutura organizacional do mesmo, tendo a Escola Normal La Salle de Canoas acompanhado tal mudança legal para se manter em atividade.

Outros tempos, nova legislação e nos anos 1970, a Escola Normal La Salle, além de passar por nova reforma e ser estendida a comunidade local e regional, passou a denominar-se Escola de Magistério de Ensino Médio. Ir. Henrique Justo informa que havia solicitação da comunidade local para que o curso de Magistério passasse a aceitar alunas e alunos externos:

Então se iniciou a Escola Normal para externos. Eu era secretário na época. Em aniversário numa família, aqui em Canoas, estavam presentes três professoras que tinham só o magistério do Primeiro Grau. Ameaçadas de serem transferidas para o meio rural de Canoas, caso não se formassem em Escola Normal de Segundo Grau, me disseram: — Vocês tem Escola Normal para um grupinho de doze a quinze jovens Irmãos por aula e nós precisaríamos dela. Falei para o Irmão Valério Menegat, que era o diretor. Ele foi visitar escolas, concluindo que teríamos alunas para dois ou três anos. O curso seria à tardinha, a partir das cinco, pois as professoras trabalhavam durante o dia. Então foi aprovado, de fato, o curso vespertino de Magistério, que durou muitos e muitos anos. Alguns formados no Magistério que se deslocavam para a Unisinos ou então a Porto Alegre, a fim de continuar os estudos em curso superior, insistiram para abrir aqui cursos nesse nível. É isso que eu sei. Teria sido essa a motivação para formar professores em nível universitário, sendo cursos na linha das licenciaturas.



Alunas do Curso de Magistério (Década de 1970).
Acervo do Museu e Arquivo Histórico La Salle (Unilasalle-Canoas)

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

A partir de 1976 a Instituição acrescentou os cursos de formação de professores em nível superior, especialmente, por meio das Licenciaturas em Estudos Sociais, Letras e Pedagogia.

Considerações finais

Depois de se ter explorado as fontes documentais, dialogado com os Irmãos mais idosos da instituição e refletido sobre as descobertas, considera-se que a criação de cursos de formação de professores, por parte dos Irmãos Lassalistas, atendeu aos dispositivos da Igreja Católica e dos poderes políticos instituídos quanto à formação de mestres aptos a colaborarem com a construção da nação e identidade brasileira. Percebeu-se que as escolas normais preencheram as exigências e as necessidades sociais relacionadas diretamente com o momento histórico vivido.

As representações construídas sobre os Lassalistas em outros lugares, notadamente na Europa, de ensino potencializador de novas e boas perspectivas de vida para seus alunos, serviram de fundamento para que os Irmãos tivessem êxito na criação, expansão e consolidação de sua obra educativa, não só no Rio Grande do Sul, como também, em outros Estados do Brasil. Essas representações foram reforçadas nos seus aspectos de positividade uma vez que muitos daqueles que cursaram, tanto a Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo, como a Escola Normal La Salle de Canoas, conseguiram, tendo em vista a formação que receberam, atuar, com reconhecimento local, regional e até nacional nas atividades as quais se dedicaram.

Tanto a documentação investigada como as lembranças dos Irmãos idosos destacam a profunda inserção dos Lassalistas nas comunidades onde as escolas foram criadas, atendendo as reivindicações das populações locais e regionais, bem como respeitando a legislação educacional vigente no país.

Pode-se afirmar que essas escolas foram elementos importantes no processo de desenvolvimento cultural, econômico, político e social, tanto das comunidades onde estavam inseridas e, até, além dos seus limites.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre; CHAMBRENDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Campinas: Papirus, 1996.

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo*
Miguel Orth

- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COMPAGNONI, Ivo Carlos. *História dos Irmãos Lassalistas no Brasil*. Canoas: La Salle, 1980.
- COMTE, Auguste. *Opuscles de philosophie sociale (1819-1828)*. Paris, Leroux, 1883, 1 v..
- EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade : a experiência paulista nos anos de 1930. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.27, n.2, pp. 247-259, jul./dez.2001.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Igreja, poder e educação: os Lassalistas na América Latina (1900 a 1930)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Unisinos. São Leopoldo, 1998.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete. *Revisitando o positivismo*. Canoas, RS: La Salle, 1998.
- HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- HENGEMÜLE, Edgard. *La Salle, uma leitura de leituras : o padroeiro dos professores na história da educação*. Canoas, RS: Centro Universitário La Salle, [199-].
- HILSDORF, Ana Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KIPPER, M. H. *A Campanha de Nacionalização do Estado em Santa Cruz*. Santa Cruz, APESC, 1979.
- KREUTZ, L. *O professor paroquial*. Porto Alegre: EDUCS, 1991. _____. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: _____. *Os Alemães no sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994.
- LEVINE, R. *O Regime de Vargas: os anos críticos – 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- PERRENOUD, P. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- NÓVOA, Antonio. Profissão professor. NÓVOA, A. (org.). *Profissão professor*. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1999.

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

ROUSSO, In: AMADO, J., FERREIRA, M. de M. (Coord.) *Usos e abusos da História Oral.*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.96.

SANTOS, Theobaldo Miranda dos. *Noções de História da Educação.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

TAMBARA, Elomar. Questões teórico-metodológicas da história da educação. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e História da Educação – O debate teórico-metodológico atual.* Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998. Coleção Educação Contemporânea.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo, nº 14, pp. 6188, maio/2000.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70 – 2003.

VILELLA, Heloisa de O. S. A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores. Niterói, 1990. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, UFF.

_____. O Mestre-Escola e a Professora . In: LOPES, Eliane M.T. et al. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: autêntica, 2000, pp. 95-134.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Escolas normais rurais no sul do Brasil: mobilizando para o mundo rural e valores religiosos.* Disponível em; <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/10FlaviaWerle.pdf> Acesso em 10/04/2009

WERLE, Flávia Obino Corrêa. A Escola Rural: RGS, final do século XIX e início do XX. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 5. Curitiba. *Anais...* Curitiba: Anped Sul, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: História Institucional. *Revista Diálogo Educacional,* Curitiba, v. 5, n.14, p.35-50, jan./abr. 2005.

WERLE, Flávia. Escola Normal Rural e seu Impresso Estudantil. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105. jun. 2007, p. 88.

THUM, Carmo; MARTINSON, Célia Carmem. *A Escola Normal Rrural La Salle na voz dos ex –alunos.* Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Flavia%20Obino%20Correa%20Werle/Carmo%20Thum%20e%20Celia%20Carmem%20Martinson%20-%20Texto.pdf> Acesso em 20/5/2009

Fontes Históricas

Manuscritas

Livro Histórico do Instituto São José (1908-1949)

*Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth*

Orais

Irmão Henrique Justo. Entrevistado por Miguel Gaieski para o Projeto Memória Lassalista em setembro de 2004.

Irmão Jacob Parmagnani. Entrevistado por Miguel Gaieski para o Projeto Memória Lassalista em setembro de 2004.

¹ Doutor em Educação. Licenciatura em Estudos Sociais - Habilitação em História (Unilasalle), graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/RS, mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde 1995 faz parte do grupo de pesquisa: Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL, coordenado pelo prof. Dr. Augusto N. da S. Triviños da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Mestrado em Educação e do curso de Pedagogia do Unilasalle. Pesquisa, principalmente, questões relacionadas as sub-áreas de Informática na Educação, Formação de Educadores e Políticas Educacionais.

² Sobre a constituição do campo da história da educação ver: VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70 – 2003. TAMBARA, Elomar. Questões teórico-metodológicas da história da educação. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e História da Educação – O debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998. Coleção Educação Contemporânea.

³ Os documentos escritos, imagéticos e sonoros utilizados na pesquisa fazem parte dos acervos do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Unilasalle Canoas, coordenado por Cleusa Maria Gomes Graebin.

⁴ Entre as produções e projetos de pesquisa no campo da historiografia sobre a educação lassalista no Rio Grande do Sul podem ser citadas: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Igreja, poder e educação: os Lassalistas na América Latina (1900 a 1930)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Unisinos. São Leopoldo, 1998. GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete. **Revisitando o positivismo**. Canoas, RS: La Salle, 1998. GRAEBIN, Cleusa M. G. e PENNA, Rejane S. (Coord.). Projeto de Pesquisa Memória Lassalista – organização de acervo sonoro e visual sobre a memória lassalista no Rio Grande do Sul, disponível em <http://www.unilasalle.edu.br/museu/memoria>.

⁵ Guerra dos Cem Anos (1337-1453); guerras da Itália (1494-1519); a luta contra a Casa da Áustria (1521-1559); as Guerras de Religião (1562-1598); e a Fronda (1648-1653).

⁶ No Brasil, os Irmãos são conhecidos como Irmãos Lassalistas.

⁷ O sistema educacional, com o advento da República (1889), passou a ser organizado com um forte acento no ideário de Benjamin Constant. Os princípios orientadores eram a liberdade, a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Estes seguiam o que estava estipulado na Constituição brasileira de 1891. Uma das intenções da Reforma Benjamin Constant era substituir a predominância da instrução literária pela científica.

⁸ Encontrava-se no poder, o Partido Republicano Riograndense (PRR). Havia eleito todos os representantes para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1890. Em 1891, elegeu também, todos os representantes da assembléia estadual, sendo Júlio de Castilhos escolhido para a presidência do Estado. O PRR assumiu o controle social e político, tornando-se dono absoluto do poder Executivo rio-grandense de 1889 a 1930.

⁹ Conteúdos como: desenho, noções de agricultura e arboricultura, escrituração mercantil e estenografia.

¹⁰ Sobre essa questão no Rio Grande do Sul ver KREUTZ, L. *O professor paroquial*. Porto Alegre: EDUCS, 1991. _____. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: _____. *Os Alemães no sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. KIPPER, M. H. *A Campanha de Nacionalização do Estado em Santa Cruz*. Santa Cruz, APESC, 1979.

¹¹ Sobre isso ver WERLE, 2006.

¹² Cada Unidade Educativa Lassalista possui livros nos quais são registradas, muitas vezes diariamente, as principais atividades desenvolvidas na instituição. O Livro citado faz parte do acervo do Museu e Arquivo Histórico La Salle (Unilasalle Canoas).

¹³ Naquele ano governava Oswaldo Cordeiro de Farias (1938-1943).

¹⁴ Palavras usadas pelo Irmão Justo e por outros Irmãos para caracterizar essa escola.

¹⁵ O ciclo de formação de um Irmão Lassalista obedece às seguintes etapas: 1) Juvenato (antigamente Noviciado Menor): prepara o jovem, em regime de internato intelectual e espiritualmente para a vida religiosa; 2) Postulantado: período de preparação para o ingresso no Noviciado; 3) Noviciado: fase em que, ao final, o

**Construindo informações históricas sobre a formação de professores:
as Escolas Normais La Salle de Canoas e de Cerro Largo
Miguel Orth**

postulante se torna Irmão Lassalista mediante o ato de Profissão Religiosa e assume os votos de pobreza, castidade, obediência e ensino aos pobres; 4) Escolasticado: formação que segue ao Noviciado, quando o Irmão se aperfeiçoa na vivência da espiritualidade de La Salle e intensifica estudos de formação profissional, de preferência na área da educação.

¹⁶ Ir. Justo em diálogos com estes pesquisadores para auxiliar no resgate histórico dessa formação.

¹⁷ Etapa de formação religiosa específica em que os jovens postulam entrar na vida religiosa de congregação ou ordem religiosa.

¹⁸ O Guia das Escolas Cristãs é o manuscrito de La Salle, orientando de forma prática e pedagógica como um membro da congregação deveria dar aula. A versão utilizada era versão francesa, atualizada em 1916.

¹⁹ Cada Unidade Educativa Lassalista possui livros nos quais são registradas, muitas vezes diariamente, as principais atividades desenvolvidas na instituição. O Livro citado faz parte do acervo do Museu e Arquivo Histórico La Salle (Unilasalle Canoas).

²⁰ Com a criação, em 1959, da Província Lassalista de São Paulo, essa passou a encarregar-se da formação de Irmãos para as suas escolas.